

Tempo de lembrar: Memórias de mulheres idosas acerca da migração e da vida no espaço rural (Marechal Cândido Rondon-PR)

Gladis Hoerlle*

Palavras-chave:
Mulheres idosas
Memória
História oral

Resumo: Este artigo analisa memórias das vivências de mulheres idosas no espaço rural do município de Marechal Cândido Rondon, Oeste do Paraná, e as referências que fazem à migração do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina para o Paraná, ao cotidiano na roça e aos atributos de gênero na “colônia”. Em suas memórias são tematizados o trabalho na terra, o cuidado da casa, da alimentação e do bem-estar da família, num contexto em que a maioria dos produtos consumidos era feito em casa, desde a produção e preparação dos alimentos até a confecção das roupas da família. Reflete-se sobre a forma como narram suas histórias de vida, os sentimentos e emoções que surgem ao narrar aquilo que lembram e o que preferem esquecer diante das dificuldades enfrentadas.

Keywords:
Elderly women
Memories
Oral history

Abstract: These article analyses memories of the experiences of elderly women in rural areas of the municipality of Marechal Cândido Rondon, West Paraná, and references that make the migration from Rio Grande do Sul and Santa Catarina to Paraná, the everyday on the farm and the gender attributes in the “colony”. In its memoirs are about themed work on the land, care of the house, feeding and the welfare of the family, in a context where most consumed products were done at home, since the production and preparation of food to the production of family clothes. It was also analyzed how they narrate their life stories, feelings and emotions that arise when narrating, what they remember and what they prefer to forget, in the face of difficulties.

Recebido em 29 de outubro de 2014. Aprovado em 29 de dezembro de 2014.

Considerações iniciais

Este artigo se baseia em narrativas orais de mulheres idosas, moradoras do município de Marechal Cândido Rondon, Oeste do Paraná, que migraram nos anos de 1950 e 1960 para a região vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e que nos últimos anos se deslocaram do espaço rural para a área urbana do município¹.

As mulheres foram entrevistadas para a realização de dissertação de mestrado². Todas viveram no campo, são filhas e esposas de pequenos e médios agricultores que casaram jovens e migraram dos estados do Sul para o Paraná em busca de melhores condições de vida para sua família. Migraram, pois nas suas regiões de origem não havia mais terra suficiente para a reprodução de seu modo de vida camponês. Assim, as famílias recém-constituídas saíam em busca de novas áreas de terra e de um futuro melhor.

Foram ouvidas sete mulheres idosas, escolhidas

de acordo com sua trajetória e alguns critérios. Todas são migrantes oriundas do Sul e agricultoras, deslocaram-se mais tarde do campo rumo à cidade e são atualmente aposentadas. Para este artigo foram selecionadas narrativas orais de cinco delas.

A forma de falar e a dificuldade de se expressar através de um português padrão, gramaticalmente correto, denota a origem social humilde e a baixa escolaridade das mulheres que foram entrevistadas. Elas, em geral, frequentaram pouco a escola, de modo que mal sabem ler e escrever. Em alguns casos, a forma de se expressar denota também a socialização destas mulheres e o hábito ainda atual de falar a língua alemã, por serem descendentes de imigrantes de origem alemã.

A construção das narrativas orais se baseou nos fundamentos metodológicos da História Oral. Para Alessandro Portelli (1977, p. 37), a história oral nos possibilita conhecer o sujeito na sua singularidade, pois nos revela “muito mais que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das

* Graduação e Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

instituições que os editam – mesmo se, naturalmente, composto por indivíduos, de quem sabemos pouco ou nada – as fontes orais envolvem o relato inteiro em sua própria subjetividade”. Assim, por mais que as mulheres entrevistadas compartilhem de experiências relativamente semelhantes, seus relatos orais são sempre únicos, porque são carregados de subjetividade. Mesmo que uma história seja contada diversas vezes pela mesma pessoa, ela sempre será contada de uma maneira diferente, de acordo com o momento de sua vida. Um acontecimento vivido é finito. O acontecimento lembrado abre muitas possibilidades de interpretação.

Nas entrevistas realizadas com as mulheres são narradas experiências vividas no passado, as quais são elaboradas por meio da narrativa construída no presente. Ao refletir sobre o significado da entrevista, em sua pesquisa sobre memórias de velhos, a psicóloga social Ecléa Bosi (1984, p. 85): afirma que “o vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”. A autora também acredita que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (BOSI, 1984, p. 82).

Com as entrevistas procurei perceber diferentes aspectos relacionados ao lugar e à família de origem, o que motivou a migração para o Paraná, como, quando e por que vieram, o cotidiano na roça e as práticas de trabalho, as relações familiares, lazer e sociabilidades, as mudanças e permanências de hábitos, a vida no espaço urbano, já na condição de aposentadas, o envelhecimento e como narram o passado, muitas vezes narrado com nostalgia ou ressentimentos.

Ao narrarem, a partir do presente, aspectos de vivências passadas, essas mulheres podem contribuir para a construção de uma historiografia sensível às questões de gênero. Lembramos aqui das considerações da historiadora francesa Michelle Perrot (1989) sobre memória e relações de gênero, a qual indaga a respeito da existência de uma memória feminina:

Existe, no fundo, uma especificidade? Não, sem dúvida, se se trata de ancorá-la numa

inencontrável natureza e no biológico. Sim, provavelmente, na medida em que as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa - está imbricada nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, é produto de uma história. (PERROT, 1989, p. 18).

Se a memória é “imbricada nas relações masculinas/femininas” e se ela é produto de uma história, lidar com narrativas de mulheres presume pensar as posições dessas mulheres na sociedade e as relações disso com a própria produção de suas narrativas. A historiadora entende que uma história das mulheres pode ser possível à medida que, com o desenvolvimento da História Oral, os pesquisadores souberem perceber através das narrativas do “vivido” a visão das próprias mulheres sobre aspectos de suas vidas.

Migração e vida no espaço rural

A ocupação do atual município, a partir de fins dos anos 1940, da qual muitas delas tomaram parte, havia sido baseada em pequenas propriedades rurais, nas quais mulheres e homens se dedicavam à produção agropecuária, inicialmente para a própria família, mais tarde para o mercado.

Na época da chegada dos primeiros agricultores ao Oeste do Paraná, através da ação da Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (MARIPÁ) a região era praticamente coberta pela mata nativa, sofrendo um processo rápido de transformação da paisagem. A estrutura fundiária implantada na região foi baseada na pequena e média propriedade rural, utilizando a mão de obra familiar para plantar a terra e criar animais como porcos, galinhas e vacas, para o sustento da família, e vender alguns produtos excedentes.

Ao discorrer sobre a constituição de um “espaço colonial” no Oeste do Paraná, o historiador Valdir Gregory (2002) ressalta que a MARIPÁ se tornou a mais importante empresa colonizadora que atuou no Oeste do Paraná. Segundo ele, “a partir de 1946, esta companhia colonizadora privada se empenhou em organizar o referido espaço e nele atuar para efetivar a ocupação de pequenas parcelas rurais destinadas à policultura

familiar” (GREGORY, 2002, p. 109). Sendo assim, o autor define a constituição desse “espaço colonial”:

A projeção do espaço colonial da MARIPÁ pretendia fomentar a formação de uma área povoada por pequenos produtores familiares e de uma densidade populacional elevada, comparada com os padrões da maior parte do território rural brasileiro. Esta forma de organização do espaço rural repercutiu, diretamente, sobre a formação social posterior. Influenciou na organização da produção agrícola, na formação de núcleos populacionais, nas futuras cidades e vilas e na distribuição populacional. (GREGORY, 2002, p. 121).

Para Gregory (2002, p. 104), “foi projetado um espaço no qual, a partir da dinâmica demográfica, econômica e social, foram constituídos os espaços físico, humano, social e econômico desta colônia”. Conforme o autor, aquela empresa teria organizado uma ocupação “exclusiva para colonos escolhidos” (GREGORY, 2002, p. 175). Para os administradores da MARIPÁ, os colonos mais adequados ao modelo idealizado de ocupação territorial seriam os de ascendência alemã e italiana oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Partia-se do pressuposto de que estes teriam experiência na produção das pequenas propriedades rurais e sua base seria o trabalho familiar, condição necessária para o sucesso do empreendimento.

Esse processo de ocupação do Oeste do Paraná pode ser compreendido a partir das iniciativas levadas a cabo pela “Marcha para o Oeste”, durante o Estado Novo, a qual visava nacionalizar e colonizar o interior brasileiro. O Oeste do Paraná, por ser região de fronteira, fazia parte da área considerada de segurança nacional. Getúlio Vargas, ao assumir o seu primeiro governo, havia assinado em 12 de dezembro de 1930 o Decreto n. 19.842, que exigia que o quadro de funcionários das empresas fosse formado por no mínimo dois terços de brasileiros. Essas medidas estabeleciam, também, políticas de ocupação da área de fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Argentina³.

Nesse contexto, mais precisamente em 1941, a colonizadora MARIPÁ comprou a área de terras pertencente à Companhia Madeireira del Alto Paraná, antiga Fazenda Britânia, com aproximadamente 275 mil hectares (GREGORY, 2002). A empresa era formada por

um grupo de acionistas oriundos do Rio Grande do Sul que se propôs a trazer colonos para ocupar as terras. Inicialmente, foram formados os núcleos regionais de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

A divisão dos lotes coloniais foi padronizada em torno de 25 hectares ou 10 alqueires paulistas (24.000 metros quadrados). Normalmente, o lote era longo e estreito com 250 metros de largura por 1000 metros de comprimento, o que era considerado um tamanho ideal para as condições financeiras dos pequenos agricultores e, assim, o sucesso do empreendimento da MARIPÁ. Dessa forma, estaria facilitado também o acesso às estradas, à água e aos vizinhos. O historiador Davi Félix Schreiner (1977, p. 66) entende que “esse critério foi estabelecido porque os possíveis compradores não teriam recursos para adquirir propriedades maiores. Esse modelo fundiário explicita que a colonização visava o pequeno produtor rural, com tradição policultural, e de base de trabalho familiar”.

Considerando as condições em que se deu a ocupação territorial, a família tinha um importante papel na organização do trabalho e era também um importante grupo de socialização dos homens e mulheres. Ao analisar o trabalho das famílias estabelecidas em áreas rurais no Extremo Oeste do Paraná, o historiador Davi Schreiner (1997, p. 89) observa que “todos os membros da família, consideradas as diferenças de idade, sexo e força”, participavam da produção. Isso pode ser percebido nas narrativas orais das mulheres que foram entrevistadas, quando se referem ao período de desmatamento e limpeza da terra para o posterior plantio.

A migração significou o afastamento de outros familiares, provocando mudanças e novos arranjos nas relações familiares. Partir significava ir para longe do convívio dos pais e passar a administrar a sua própria família em suas necessidades. Assumir o comando de sua casa e propriedade, sem a ajuda dos pais, levou a um relacionamento mais intenso com os vizinhos próximos.

Aspecto importante observado por Valdir Gregory (2002, p. 162) a respeito da migração de agricultores sulistas para a região Oeste paranaense foi a tendência de “parentes buscarem migrar para perto de parentes”. Os colonos que já tinham parentes morando no Paraná procuravam comprar suas terras próximas a dos

familiares ou conhecidos. O fato de já possuírem algum tipo de afinidade como localidade de origem, língua e religião facilitaria a adaptação e o estabelecimento das novas famílias.

As relações de solidariedade estabelecidas entre os membros da família de dona Olinda, 82 anos, casada, mãe de sete filhos, favoreceram no momento da instalação no Paraná. A ajuda dos familiares foi fundamental quando esta chegou com seus filhos pequenos. Em sua entrevista lembra com detalhes da viagem difícil e demorada desde Concórdia, Santa Catarina, até o Paraná, em 1960. No seu atributo de mãe e cuidadora do lar, está presente em seu relato oral a preocupação com a saúde e o bem-estar das crianças, devido a um surto de sarampo que ocorreu em Pato Branco, onde tiveram que pernoitar enquanto esperava o cunhado que iria buscá-los, ela e os filhos, para levá-los na casa da sogra. O marido teve que ficar para trás, junto com a mudança, devido a uma enchente que impediu a passagem do caminhão. Assim, ela contou com a ajuda do cunhado e dos sogros que já moravam em uma localidade próxima. Também o irmão, que morava próximo, em Marechal Cândido Rondon, já havia construído uma casa na propriedade, que embora fosse cheia de frestas, serviu para abrigar a família recém-chegada. Ao chegar a sua nova moradia, dona Olinda teve que improvisar, fechando as frestas da parede com panos velhos, pois as crianças ficaram doentes, tiveram varicela, e precisavam de cuidados dentro de casa.

Naquele tempo as viagens do Rio Grande do Sul para o Paraná eram muito demoradas, pois não havia estradas pavimentadas. Em razão disso, as dificuldades até chegar ao destino e até se estabelecerem como colonos, e assim explorar novas terras para poder plantar, criar e construir um patrimônio, são constantemente lembradas pelas mulheres entrevistadas. No caso de dona Olinda, ela lembra a doença das filhas no momento da mudança:

E quando nós veio de caminhão, nós veio de caminhão até Xanxerê, com mudança, lá depois, nós fomos outro dia até Pato Branco e o rio tava lá, não podia passar. Daí nos passemo embaixo, onde a balsa, a balsa tava assim fora, em cima, o caminhão de reboque. Meu... 5 crianças, meu, era tão difícil. Chegamos depois em Palmeirinhas, chegamos lá, tinha sarampo lá. “Ah, mas nós tem que ficar hoje aqui”. O cunhado queria

vim buscar e não veio, não veio, não veio. E de noite, de repente, ele apareceu, ele falou: “Amanhã cedo, eu venho buscar vocês, bem cedo”. E daí fomos de Jipe, até outro dia, até Esquina Ipiranga, na minha sogra. [...] Ela já morava na Esquina Ipiranga. E 2 crianças só chorando, chorando, chorando, chorando. Uma não comeu, não dormiu, mas nada, nada, ficava só chorando. Mas passou... O Harto [filho mais velho] muitas vezes xingou pra eles, “Choradeiras!!!”, ele falou. Essa uma, quando nós chegamos, tinha um banco, ela tava deitada lá. Mas passou... E ele [marido] ficou um pouco pra trás, com a mudança, não podia passar no rio. Com 4 vaca em cima.

Eles precisava 6 dias pra vim e eu precisava com as crianças que era só 4. O meu sogro tava junto, ele me ajudou. Acho que... Tava difícil, mas tranquilo. E na casa, nós entremo lá em Iguaporã, fresta assim larga [gesto com os dedos], encheu de pano velho.

Entrevistadora: Já tinha casa?

Dona Olinda: Sim, meu irmão fez uma, meu irmão já morava aqui, ele fez a casinha.

E depois as crianças tinham assim, tipo assim, parece uma... Como se diz? Varicela. Não deixou eles sair da cama. Meu Deus, isso era uma coisa ruim. E de noite quando vamo tratar as vacas, eles tem que ficar dentro de casa. Isso era tão difícil, mas passou! Era perto da estrada, mas passou! Tranquilo. E depois melhorou, eles cresceu, já arranjaram namorada [risos]. Foi bem ainda, foi bem gostoso o tempo. (OLINDA, 2011).

Nas memórias das mulheres é comum lembrarem da mudança e diversos outros temas, no qual mencionam as crianças. As memórias da migração e da instalação dão visibilidade aos outros membros da família, os filhos, maridos, parentes e pessoas mais próximas. Através das memórias da migração, essas mulheres configuram o seu grupo familiar.

As comunidades constituídas por pequenos agricultores que moravam em propriedades relativamente próximas umas das outras possibilitavam o desenvolvimento de relações de vizinhança, incluindo a troca de favores e confraternizações. Ao falar de suas experiências passadas, dona Carmelita, 68 anos, casada, mãe de três filhos, lembra como foi a chegada de sua família a Pato Bragado, pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, em 1964. Ela veio de Augusto Pestana, estado do Rio Grande do Sul, acompanhada do marido e de um filho pequeno. Depois que se estabeleciam na propriedade e conseguiam uma certa estabilidade financeira, as famílias podiam fazer “uma festinha”, como fala dona Carmelita. Para isso, “matavam um boizinho”

e convidavam os vizinhos e conhecidos. Eram práticas socioculturais vistas hoje como singelas, mas valorizadas quando hoje falam sobre o passado:

Mas não era só, vamos dizer, sofrimento. A gente se divertia também, né. Depois a gente melhorava um pouquinho de vida, né. Daí a gente tinha umas vaquinha também... A gente matava um boizinho, daí tinha uma carninha e convidava os vizinho e conhecido, né. Fazia uma festinha, se reunia e... Fazia uma festinha. Só com os amigo, assim, que a gente tinha arrumado naquela época. (CARMELITA, 2009).

O modo como ela narra este passado, ao usar palavras no diminutivo, nos sugere como rememora com carinho aquele momento de sua vida. Por meio desta forma de falar, é possível também que dona Carmelita queira expressar a vida singela e simples que tinham tido “naquela época”.

No relato de dona Irmélia, 72 anos, casada, mãe de quatro filhos, e que mora no Paraná desde 1972, também se percebe a importância dada ao convívio entre os vizinhos, rememorado com certo saudosismo. Ela migrou junto com o marido e três filhos pequenos. Em suas lembranças está presente a importância da ajuda e da solidariedade prestados pelos vizinhos próximos em uma fase difícil depois da mudança, quando uma forte geada matou o pasto que servia para alimentar as vacas. Aqueles que tinham migrado antes sabiam das dificuldades dos recém-chegados que ainda não tinham formado uma horta para produção de verduras, um pomar que produzisse frutas e pastagem para a produção de leite. Portanto, tudo que lhes era oferecido era muito bem vindo e de grande ajuda, inclusive o leite para alimentar os filhos, como no caso de dona Irmélia, que destaca a importância dos vizinhos naquele momento:

Mas, nós tinha vizinhos muito bons, sabe, nos primeiros anos que a gente entrou lá [na colônia, em Pato Bragado], a vizinhança era muito legal, sabe, tudo que eles achavam que a gente precisava e sabiam que a gente não tinha, eles traziam pra ajudar: fruta, leite, nata, requeijão... Sempre, sempre a vizinha, as crianças iam na aula, passavam lá no pátio, né, iam junto na aula as crianças e daí na volta traziam, ela sabia quando terminava, daí ela já... E ela desnatava leite, pra vender a nata, né. Daí

ela mandava de balde, leite desnatado que ela jogava pros terneiros ou pros porco. Então ela mandava de balde, lá em casa pra nós, daí a gente fazia, fervia o leite pro café, nós não tinha ainda leite, porque as vacas quando vem de mudança, secou assim [não davam leite] e não tinha pasto. Caiu geada, o inverno matou tudo, daí as vacas ficou seca, não tem leite, daí ela mandava. E daquele leite eu fazia, requeijão, fazia sopa, fervia o leite pro café, Era o leite que a vizinha ia jogar pros terneiros, aproveitava. (IRMÉLIA, 2011).

Dona Irmélia segue lembrando-se da relação com a vizinha e da criatividade que ambas usavam para mandar recados uma para a outra. Segundo ela, a vizinha, que tinha uma charrete, sempre avisava quando ia para a vila e oferecia carona:

Quando nós morava lá em Pato Bragado, né, na colônia, daí eu tinha uma vizinha, ela tinha uma charrete, uma carrocinha com dois cavalos, e daí quando ela vinha pra vila, daí ela me avisava: “Eu vou no moinho do arroz, você tem alguma coisa pra mandar junto?” E daí ela mandava recado com as crianças, quando passava na escola, daí ela mandava recado pra mim, daí eu aproveitava, né. Daí quando trazia a notícia, já devolvia de volta com a criança que ia na aula, já levava a resposta. “Amanhã cedo nós vamos levar lá na...”, “Não, não precisa levar lá, eu vou lá pegar”. Daí ela vinha com a carrocinha e pegava, daí no final. “Ah, por que você não vai junto?”. Então eu ia junto com ela na carrocinha. (IRMÉLIA, 2011).

A entrevistada, ao falar do cotidiano dos colonos, ressalta a relação de solidariedade entre vizinhos. Era comum entre as vizinhas a troca de alimentos produzidos na propriedade, bem como de sementes e mudas de flores e chás. Ao falar sobre isso, dona Irmélia tece uma diferença entre a vida daquela época e a de hoje na cidade, em que muitos vizinhos não se visitam. A sociedade atual é representada como uma sociedade da pressa e do consumo, na qual ninguém teria tempo para se visitar, ninguém mais consertaria roupa, diferente “daquela época”. Percebe-se assim um sentimento de nostalgia e tristeza, quando ela acentua que “era bem legal” naquela época, pois “a gente tinha mais tempo pros amigos do que hoje”. Sua fala idealiza o tempo passado vivido na colônia, apesar de iniciar relatando as inúmeras tarefas que ela, enquanto trabalhadora, mãe e esposa deveria cumprir, talvez em função da situação vivida hoje em dia:

A gente tinha vaca pra cuidá, tinha galinha pra cuidá, tinha a roça pra cuidá, tinha a casa... Só um detalhe que era bem legal, que a gente tinha mais tempo pros amigos do que hoje. Por que hoje a gente não vai visitar ninguém, né. Ah, porque não dá tempo. Na época que a gente morava na roça, quando era dia de chuva, pegava uma trouxinha de roupa embaixo do braço e ia na casa da vizinha, enquanto remendava roupa, conversava, tomava chimarrão e era uma visita, né. E hoje, você nem remenda roupa e nem visita à vizinha. (IRMÉLIA, 2011).

Apesar de afirmar que a vida não era fácil, ela recorda que as vizinhas “davam um jeito” de se encontrar para conversar e tomar chimarrão, mesmo que fosse enquanto costuravam e remendavam a roupa em um dia de chuva. Ela seleciona este fato para acentuar a sentida falta de sociabilidades vivida por ela no presente, apesar do tempo livre proporcionado pela aposentadoria. Mais do que outras mulheres entrevistadas, ela ressalta os compartilhamentos que ocorriam entre as vizinhas no passado, conferindo positividade àquela época através desses realces.

Ao lembrarem a vida na colônia, estão muito presentes nas narrativas das mulheres detalhes acerca das práticas alimentares. Como era função da mulher preparar as refeições da família, elas lembram com clareza de certas práticas culinárias comuns na época. Tradições culinárias são repassadas de uma geração à outra no seio familiar e as mulheres em geral eram as principais responsáveis por sua manutenção, alteração e transmissão. Elas descrevem, por exemplo, a forma pela qual conservavam a carne de porco no período em que não havia eletricidade nem congeladores para preservar os alimentos. Para o trabalhador rural, a carne é considerada um alimento fundamental na sua alimentação diária, por dar energia para o trabalho pesado na roça. Dona Carmelita (2009) lembra como carneavam o porco e preparavam sua carne: “Quando nós matava um porco, [...] porque nós picava a carne de porco, depois fritava no tacho e guardava nas lata, jogava banha em cima e guardava. Tirava todo dia uma quantia que a gente precisava, botava na panela e esquentava no fogão. Ficava muito gostoso”.

Esse processo também facilitava a preparação diária do almoço da família. Segundo dona Carmelita, “ficava muito gostoso”, revelando como o ato da entrevista

as levou até mesmo a rememorar os gostos das comidas preparadas e os modos de cozinhá-las. Dona Rení, 76 anos, casada, mãe de seis filhos, mora no Paraná desde 1964, também descreve todas as etapas de preparação dos alimentos consumidos diariamente pela família depois de uma jornada de trabalho na roça. Ela colocava o feijão e a mandioca nas panelas e deixava cozinhando no fogão à lenha, depois saía para trabalhar junto com o marido, e quando voltava da roça, colocava mais lenha para aumentar o fogo e cozinhava o arroz, esquentava a carne e preparava uma salada. Segundo ela, feijão tinha que cozinhar todo dia, porque não tinha como conservar de um dia para outro. Os “alimentos fortes”⁴, ou seja, que sustentam para o trabalho pesado, como o feijão, arroz, mandioca e carne, nunca teriam faltado em sua mesa. De acordo com ela, era tudo colhido por eles em sua propriedade:

Nós carneamos um porco e daí nós fritamos a carne num tachinho e daí colocamos numa lata, com banha em cima, sempre tava pronto quando a gente veio pra casa, só esquentá. Não tinha luz, não tinha nada, nada, nada. E era gostoso a carne e daí cozinhava o feijão, sempre cada dia novo, porque não tinha nada pra guardar. Daí panela de feijão, mandioca. Isso foi sempre quando nós fomos na roça, quando cheguei em casa, fogão a lenha, não tinha outro, taquei mais lenha e botei o arroz, carne e salada e a comida tava pronto, mas a mandioca nunca faltô.

Entrevistadora: Tudo o que vocês colhiam, né?

Dona Rení: Tudo, arroz, tudo nós colhemos.

Entrevistadora: E pão, bolacha, essas coisas faziam em casa?

Dona Rení: Eu fiz mesmo tudo. (RENI, 2011).

Produzir os alimentos que a família consumia era motivo de orgulho para os agricultores. Assim, eles plantavam de tudo um pouco. A propriedade deveria conter uma horta, um pomar, vacas para produzir leite, porcos para produzir carne e banha, aves para produzir ovos e carne, além de uma roça plantada com produtos básicos como milho, cana-de-açúcar, mandioca, batata e pasto para os animais, além de estábulo, galinheiro, chiqueiro e um galpão para guardar os equipamentos de trabalho e estocar a produção de grãos. A maior parte daquilo que comiam era fruto do seu trabalho na terra. A antropóloga Giralda Seyferth (1992, p. 82) afirma que essa prática conferia um valor simbólico à identidade dos colonos, “através da idealização do modelo de colônia auto-suficiente”.

A autora, ao analisar as representações sobre a identidade camponesa em uma comunidade rural do rio Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, explica que ali a colônia era usada como símbolo de um microcosmo autossuficiente, onde a família produzia os alimentos necessários à sua subsistência. Ela também observa que “a valorização do passado pioneiro – como um passado de luta – acentua o fator trabalho como elemento característico do colonizador” (SEYFERTH, 1992, p. 81).

Reportamo-nos aqui à pesquisa sobre as práticas presentes na vida cotidiana das mulheres francesas desde o século XIX sobre a rotina, os hábitos, as restrições e as estratégias nos trabalhos domésticos e na tarefa de organização e na preparação da comida no lar, feita pelos historiadores franceses Luce Giard, Pierre Mayol e Michel De Certeau (2008). Sobre as práticas do cotidiano, os autores compreendem que “também naquele tempo era preciso ser econômico e organizado. A necessidade faz a lei” (GIARD; MAYOL; CERTEAU, 2008, p. 276). Eles ressaltam que era preciso ser previdente e engenhoso para aproveitar os frutos da colheita e armazená-los adequadamente para consumir mais tarde. De acordo com os autores, a necessidade de conservar as frutas e legumes abundantes na época da colheita originou a invenção de inúmeras práticas culinárias. Todas essas práticas eram compartilhadas entre vizinhas, que embora atarefadas com seus afazeres diários, executavam esses trabalhos com alegria, fazendo o que sabiam fazer melhor, partilhando assim saberes e sabores.

Nessas “práticas ordinárias” estava presente a “inventividade precária”, tão significativas para o historiador do cotidiano, como ressaltam Luce Giard, Pierre Mayol e Michel De Certeau (2008, p. 217):

[...] Aceitar como dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes. Aprender a olhar esses modos de fazer, fugidios e modestos, que muitas vezes são o único lugar de inventividade possível do sujeito: invenções precárias sem nada capaz de consolidá-las, sem língua que possa articulá-las, sem reconhecimento para enaltecê-las.

A respeito da necessidade de conservar os alimentos produzidos no período da colheita, dona Rení lembra-se da extrema pobreza em que vivia

quando criança no Rio Grande do Sul e de como sua mãe se desdobrava para alimentar a família e garantir a subsistência dos filhos pequenos. Segundo ela, “hoje é sempre domingo”, pois em suas memórias, o pão de trigo só era consumido se fosse “um domingo especial”, diferente de hoje em dia, em que o pão de trigo pode ser consumido diariamente. Feito com farinha branca e refinada, o pão de trigo era considerado um artigo de luxo e consumido só em ocasiões especiais⁵. Diariamente era consumido o pão de milho, feito com farinha de mais baixo custo. O milho produzido na roça era colhido e levado a um moinho próximo para fazer a farinha.

Em suas lembranças, o período da infância pobre no Rio Grande do Sul se alterna com o período em que vivia na colônia, já no Paraná, junto com o marido e os filhos. Ela e o marido faziam melado com a cana-de-açúcar plantada para vender na cidade. Também faziam conservas de frutas e verduras colhidas na época, como o chuchu cozido na calda, para guardar e consumir mais tarde, aproveitando assim os produtos da propriedade:

E a mãe era pobre assim, não era que nem hoje. Hoje sempre é domingo. Antigamente não. E daí quando a mãe fez é... Pão de trigo, daí isso era um domingo especial.

Entrevistadora: Só pão de milho?

Dona Rení: Só pão de milho. Meu Deus do céu, era legal.

Entrevistadora: Que nem bolacha, essas coisas não tinha todo dia, né?

Dona Rení: Não. Volta e meia melado, nós fizemos muito, muito melado eu e ele [marido], pra vender assim lata, trazemo ali em Rondon, assim as latas cheia, melado. E depois a gente cozinhou o chuchu dentro da guarapa, isso ficou uma coisa boa.

Entrevistadora: Daí guardava?

Dona Rení: Aham.

Entrevistadora: Guardavam nos vidros?

Dona Rení: Sim. (RENI, 2011).

Percebe-se em seus relatos que essas mulheres tiveram uma infância pobre e viveram uma juventude também cheia de dificuldades. O trabalho árduo no campo é representado como o caminho possível para terem alcançado uma vida melhor. Ao rememorar o passado comparando com o momento presente, as entrevistadas narram as mudanças ocorridas nas suas vidas. Em geral, os relatos sobre a migração se misturam com a ideia de trabalho duro e sacrifício, conectando-se, assim, na narrativa a migração, o trabalho e a

família. Normalmente falam pouco sobre sua infância e o seu lugar de origem, dando ênfase à vida depois do casamento, já no Paraná.

Posições de gênero na colônia

As mulheres entrevistadas assumiram comportamentos ou posições socialmente destinadas às mulheres de sua geração nas propriedades rurais que resultaram da atuação da Colonizadora MARIPÁ. Elas realizavam todo tipo de atividade considerada necessária à manutenção da família na propriedade. Associavam o trabalho diário na roça a uma série de outros afazeres considerados próprios das mulheres colonas, tais como lavar e passar as roupas da família, cozinhar, costurar, cuidar da horta e da criação de animais. Além disso, faziam sabão e outros produtos e cuidavam dos filhos. Ao descrever o dia a dia no meio rural, todas as entrevistadas dizem que levantavam muito cedo, trabalhavam na roça junto com o marido, preparavam os alimentos consumidos pela família, educavam os filhos e confeccionavam a roupa que vestiam. Boa parte do tempo era aproveitada e dedicada a alguma tarefa, inclusive à noite e nos finais de semana. Segundo as entrevistadas, nem mesmo durante a gravidez deixavam de trabalhar no pesado. Muitas mulheres associam as atividades de trabalho ao amor e ao cuidado para com sua família.

Mesmo que muitas vezes não fossem reconhecidas pelo Estado como trabalhadoras rurais, as mulheres executavam tarefas na roça hoje muitas vezes consideradas pesadas para uma mulher, como comenta dona Maria Adélia, “[eu fazia] serviço de homem e de mulher”.

Dona Maria Adélia, de 79 anos, casada e mãe de sete filhos, mora no Paraná desde 1961. Quando perguntada se sempre trabalhou na agricultura, ela foi enfática ao dizer: “Sempre, sempre, sempre trabalhou de dia e de noite até 10, 11 horas... E como... [...] Eu fui na roça, eu..., eu ajudou no arado, eu lavrei batata e mandioca e levou a carroça cheia pra casa e, isso tudo eu fazia, o serviço de homem e de mulher” (MARIA ADÉLIA, 2011).

Maria Adélia ressalta o trabalho duro que desempenhou na roça. Já outras mulheres falam de atividades mais voltadas para o serviço doméstico, como

a costura das roupas e a produção de alimentos e outros produtos, como o sabão feito na propriedade.

Dona Carmelita também lembra que todo o tempo do dia era dedicado ao trabalho na roça e de noite ela costurava as roupas da família. O que hoje em dia é para ela motivo de orgulho, naquela época era uma necessidade. Nas imagens guardadas nas fotografias estão perpetuadas algumas das lembranças daquele tempo em que costurava as roupas dos filhos. Ao rever as fotos, que trazem à sua memória o trabalho de costura realizado, ela comenta:

De noite eu costurava. Porque na época não tinha, assim, roupa pronta pra comprá, né? Se tinha era tudo longe, né? Nem dinheiro nós não tinha. E daí a gente tinha tecido em metro, e eu costurava toda noite, né. E tinha os filhos. Até nesses dias nós olhamos as fotos ainda, calça, assim, vestidos pras meninas, tudo, tudo que eu fiz, camisa, né... (CARMELITA, 2009).

O marido também a ajudava em algumas tarefas da casa como a lavar a louça, porém, era ela quem cozinhava e lavava a roupa, enquanto ele trabalhava no chiqueiro, cuidando dos porcos. Assim, ela explica como realizavam as tarefas:

Sim, ele me ajudava tudo. Lavá louça. Quando ia de manhã na roça daí eu voltava mais cedo pra fazer o almoço rapidinho, né. Depois na hora de meio-dia, a gente lavava a louça. Fazia a comida, lavava a louça, daí ele já trabalhava no chiqueiro, tinha uns porquinho, a gente se virava. (CARMELITA, 2009).

A falta de dinheiro, a distância em relação à cidade e a dificuldade de locomoção para adquirir produtos necessários para o consumo da família são frequentemente citados nas entrevistas. Dentre as alternativas encontradas pelas mulheres para suprir essas necessidades, destacam-se a fabricação doméstica de diferentes produtos, tais como sabão, queijo, manteiga, melado, doces, linguiça e roupas. Dona Irmélia lembra que quando morava no espaço rural tudo o que era consumido pela família era produzido ou cultivado na propriedade. O sabão usado para lavar roupa e louça e para a limpeza era feito em casa. Apenas alguns poucos produtos como erva mate para tomar chimarrão, açúcar e sabonete eram comprados. Inclusive a roupa da família era confeccionada por ela, a qual comprava o tecido em metro e fazia em casa:

A gente só comprava erva e açúcar, não fazia erva, né, mas o resto você produzia as coisas em casa e daí açúcar e erva e coisas assim. Depois com o tempo, foi mudando, daí a gente comprava coisas assim que as crianças gostava mais, era bala, essas novidades que aparecia no comércio, essas coisas comprava. E roupa também comprava em metro, o tecido e fazia em casa.

Entrevistadora: A senhora fazia?

Dona Irmélia: É, nunca comprava roupa pronta assim, sempre economizar, né. Assim com o tempo, tudo foi mudando, né. Eu me lembro que a gente depois, quando tinha... Os primeiros anos foi muito difícil tudo, porque não tinha nada, tinha só a terra e o vô [sogro] tinha, que ele morava ali já, ele mandou construir um galpãozinho, que ia ser a casa de um empregado, que ia botar lá pra morar. E daí, quando a gente ia morar ali, ele reformou um pouco pra fazer uma casa daquilo lá. Daí a gente morava ali, daí tinha o gado ali e caiu geada aquele ano e daí ficou a plantação estragada, caiu geada em novembro, eu acho que foi, estragou a planta. E a gente não tinha coisa, então a gente tinha que comprar até batatinha no começo. No primeiro ano que não colheu, que a geada matou e foi difícil. E até que deu a mandioca que foi plantada, até que tinha essas coisas e tudo.

Daí depois já tinha vaca e tudo e, criação de porco e galinha e tudo, né, daí a gente vendia a galinha e levava queijo essas coisas, a vô [vizinha] pegava na carrocinha, nós ia vender e comprava as coisas que precisava. Era assim, muitas coisas a gente comprava... É que nem assim, sabão a gente fazia em casa, você não comprava, esse negócio de comprar sabão em pó, lava-roupa, isso não existia na época. Existia na cidade, né, os colono não usava. A gente não usava sabão em pó pra lavar roupa. Você fazia o sabão, você comprava o sabonete, comprava... Detergente não existia pra nós, não existia, porque você lavava com sabão a louça, a roupa, o chão, porque derretia sabão assim e colocava na água pra limpar, esfregar. O chão da casa tinha que esfregar pra ficar branquinho, porque não tinha tintura, essas coisas. (IRMÉLIA, 2011).

Dona Irmélia descreve aspectos que eram comuns na vida dos agricultores recém-chegados à sua propriedade. Tudo era feito em casa. A referência a produtos consumidos atualmente, como sabão em pó e detergente, faz ressaltar a diferença entre a vida dos colonos e de quem morava na cidade. Mas, ainda que não tivesse os produtos possíveis de serem adquiridos na cidade, ela salienta que mantinha sua casa com capricho. A casa simples de madeira, com assoalho de tábuas, sem nenhum tipo de verniz ou proteção era esfregado com escova e sabão até ficar “branquinho”.

Nesse contexto de trabalho duro na roça em busca de um futuro melhor, podemos compreender os sentidos da fala de dona Rení (2011): “o que que nós temo lá em Iguaporã, eu e ele construímos, o que que tem lá nós dois fizemos”. A rememoração confere, assim, um crédito ao casal por ter construído o patrimônio da família.

Ela associa a boa lembrança à mobilização de todos e do trabalho em família. Ressalta que em suas vivências cotidianas havia um relacionamento de respeito e de companheirismo entre marido e mulher. Quando perguntada se o casal sempre fazia tudo junto, ela responde:

Tudo, tudo. Tudo sempre na roça, o que que nós temo lá em Iguaporã, eu e ele construímos, o que que tem lá nos dois fizemos. Meu Deus do céu! Daí nos construímos aquela casa que nós temos ali, mandou serrar muito a... Como que era? Era muito pesado. Daí ele pegou um vizinho, pra ajudar erguer aquilo. E daí eu tinha um filho mais novo, o caçula, o Pedro. Daí ele era tão pesado, tão gordo e daí, as meninas que tinha que cuidar ele, me trouzeram lá na escada e eu e ele em cima. Ajudar a segurar, a fazer tudo. Nossa! Nós se judiemos, mas foi bem legal. (RENÍ, 2011).

É visível em sua narrativa a valorização do sacrifício no passado envolvendo toda a família. Para dona Rení, a representação que faz do passado não inclui nenhuma negatividade quanto ao papel desempenhado por ela na roça junto com o marido: “nós se judiemos, mas foi bem legal”. Provavelmente porque não são somente lembranças do trabalho, mas também da vida em família e da proximidade dos filhos pequenos. As lembranças remetem à alegria gerada pelo convívio e pelas brincadeiras das crianças: “Sim, as crianças nasceram, mas ficavam mais na roça do que em casa. Os três primeiros filhos. Mas foi indo” (RENÍ, 2011).

Foi comum, nas entrevistas, as mulheres as concluírem com a expressão “mas foi indo...”, dando a ideia de um processo contínuo, de um tempo que passa e que chega até ao presente, o tempo da rememoração.

Considerações Finais

Ao considerar as questões referentes à migração e gênero, podemos compreender os lugares e a posição ocupada pelas mulheres no novo contexto. As mulheres

desenvolveram atividades vitais no cotidiano das famílias rurais, adotando estratégias de sobrevivência e reconstruindo laços de sociabilidades. As mulheres entrevistadas, após sua chegada ao Paraná, contam que assumiram muitas responsabilidades, tanto no trabalho da propriedade rural, junto com o marido, quanto no espaço doméstico, na criação dos filhos e manutenção da ordem familiar. Elas, em geral, assumiram o lugar que se entendia caber às mulheres entre famílias de pequenos produtores rurais no Sul do Brasil, ajudar no trabalho da roça e cuidar do serviço doméstico.

Temas significativos nas memórias das mulheres sobre o período de instalação são as dificuldades enfrentadas, o sacrifício e a ideia de superação. Em suas narrativas, elas incorporam, portanto, elementos do discurso do pioneirismo presente na memória pública da região⁶. Porém, em suas memórias também está presente, além do trabalho praticado na colônia, as sociabilidades e alguns sentimentos e ressentimentos em relação ao passado. Percebe-se o gosto com que falam de uma época vivida junto com os maridos e os filhos e a saudade que sentem do tempo em que as crianças eram pequenas e estavam mais próximas do que na atualidade.

Os espaços de convivência das mulheres, inicialmente, foram principalmente a casa e a vizinhança próxima. Seu trabalho era praticado no interior da propriedade e os contatos externos, como a compra e venda de produtos e insumos, atividades em bancos e cooperativas, eram em geral realizados pelos homens.

Nas memórias da maioria das mulheres entrevistadas, elas demonstram não sentir saudade da vida que levavam como trabalhadoras rurais. Para elas, o contraste entre a vida que vivem hoje na cidade e a que viveram na roça é grande. O espaço rural, antes habitado por elas, aparece representado como um lugar de muito trabalho e sacrifício.

O campo aparece como um lugar de muito trabalho e pobreza para essas mulheres, muito embora ali tenham construído um patrimônio, que valorizam, e criado seus filhos. Muitas foram as experiências vividas, muitas delas dolorosas que elas agora preferem esquecer.

Foi possível perceber que elas, em geral, falam pouco sobre a infância e juventude, dando destaque a aspectos e fatos de suas vidas que ocorreram depois do

casamento. Ao narrar aspectos de suas vivências passadas, as mulheres entrevistadas foram se descobrindo, se posicionando, interpretando seu próprio passado.

O trabalho dessas mulheres, na roça e em casa, embora árduo e imprescindível, era considerado “invisível” pelo fato de não ser produtivo, ou, caracterizado como “parte integrante das atribuições naturais da mulher”. As tarefas cotidianas realizadas pelas mulheres no serviço da casa eram ainda mais pesadas do que atualmente, porque as casas não contavam com eletricidade, gás e água encanada. Nas suas narrativas descreveram como desempenhavam suas tarefas na época em que moravam no espaço rural ou na colônia. Elas deviam se moldar às condições e aos meios que dispunham, sem muito dinheiro para gastar.

Acredito que, ao ouvir as narrativas produzidas com essas mulheres, podemos, como observaram os pesquisadores Luce Giard, Pierre Mayol e Michel De Certeau (2008, p. 222), escutar a voz de mulheres na sua própria linguagem, as quais falam de suas próprias experiências e lembranças pessoais:

Falar daquilo que, comumente, ninguém quer ouvi-las falar, ninguém lhes dá atenção. Assim se pode aprender delas e só delas como se representam seu papel e sua competência, se elas dão importância ao seu saber-fazer e que secreta lealdade elas investem para encontrar uma maneira pessoal de cumprir uma tarefa imposta.

Acredito ainda, que ao ouvir as histórias de vida das mulheres e focalizar suas memórias não estamos simplesmente contando a “história das mulheres”, mas buscando trazê-las enquanto sujeitos históricos e entender as relações sociais no interior das quais viveram.

Assim, apesar da invisibilidade social que muitas vezes os trabalhos das mulheres tiveram ou ainda possam ter, percebe-se que essas agricultoras, ao rememorar sobre seu passado, ressaltam as diversas responsabilidades no cuidado da casa e da propriedade.

Ao lembrarem-se do passado vivido na roça, fragmentos deste passado retornam à memória dessas mulheres. Trabalhar na terra, cuidar dos interesses de sua casa, da alimentação e do bem-estar da família, era responsabilidade das mulheres no meio rural. Cada uma delas, à sua maneira, contribui, com base em suas experiências e vivências no meio rural, e por meio de

seus relatos, a compor a sua história de vida. Uma história única, mas que traz elementos em comum com muitas mulheres. Cada uma com suas particularidades.

Notas

1 Este texto é um desdobramento do primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, em agosto de 2013, sob orientação da Profa. Dra. Méri Frotscher.

2 HOERLLE, Gladis. **Envelhecer na cidade**: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon). 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

3 A este respeito ver: GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 90-92.

4 Comida forte é considerada comida de trabalho, ou seja, aquela que sustenta a pessoa, enquanto realiza o trabalho pesado na roça. A este respeito ver: WEDING, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 20, n. 2, ago./dez. 2008, p. 57-74.

5 A este respeito ver: REINHARDT, Juliana Cristina. **Dize-me o que comes e te direi quem és**: alemães, comida e identidade. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 21-22.

6 A este respeito ver: GONZALEZ, Emílio. As camadas da memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950-1990). **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 05/06, p.185-219, 2003/2004. O autor analisa um conjunto de trabalhos históricos e memorialísticos produzidos principalmente por professores e alunos da UNIOESTE, pautando-se em três eixos explicativos: Colonização, Mecanização do Campo e Modernização da Agricultura e Projeto de Germanidade. Entre os quais destacamos: COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na História da Costa Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988; GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2000; SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e Conquistas**: História de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: Assoeste, 1985; SCOPEL, João Luiz. **Conhecendo o Município**. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Universitária, 1998; WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **Obrageros, mensus e colonos** – Histórias do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982, entre outros.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GIARD, Luce; MAYOL, Pierre; CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HOERLLE, Gladis. **Envelhecer na cidade**: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon). 2013, 170p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, Ago./Set./1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, Fev./1997.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. 2. ed. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, Fev./1992.

Fontes Orais

Carmelita Van der Sand, 68 anos. Entrevista cedida à autora em 09/06/ 2009.

Irmélia Drews Schmitt, 72 anos. Entrevista realizada pela autora em 08/10/2011.

Maria Adélia Lerner Griebeler, 79 anos. Entrevista cedida à autora em 13/09/ 2011.

Olinda Camila Wittech, 82 anos. Entrevista realizada pela autora em 26/08/2011.

Rení Riffel, 76 anos. Entrevista realizada pela autora em 17/08/2011.